



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ CÂNDIDO RIBEIRO**

CUITÉ – PB

2011

PALMIRENE GOMES PINTO DE OLIVEIRA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ CÂNDIDO RIBEIRO**

Trabalho de conclusão de curso de especialização, com foco em Ensino e Aprendizagem da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito parcial para obtenção do grau de especialista pela referida instituição.

Orientadora: Prof^ª Dra Denise Domingos da Silva

CUITÉ – PB

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE



Biblioteca Setorial do CES.

Junho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

048d Oliveira, Palmirene Gomes Pinto de.

Desafios da educação inclusiva da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro. / Palmirene Gomes Pinto de Oliveira – Cuité: CES, 2011.

34 fl.

Monografia (Curso de Especialização com Foco Ensino-Aprendizagem) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2011.

Orientadora: Denise Domingos da Silva.

1. Educação especial. 2. Educação – escola - inclusão. 3. Educação inclusiva. I. Título.

CDU 376

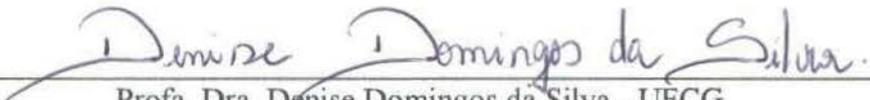
PALMIRENE GOMES PINTO DE OLIVEIRA

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DE
ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ CÂNDIDO RIBEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização da Universidade Federal de
Campina Grande, Campus de Cuité, para obtenção do grau de especialista em Ensino e
Aprendizagem.

Aprovada em: 22/11/2011

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Denise Domingos da Silva - UFCG
(Presidente – Orientador)

Profa. Dra. Gleba Coelli Luna da Silveira - UEPB
Membro 1

Prof. Dr. João Batista da Silva – UFCG
Membro 2

DEDICO

*A Deus, por ser digno de toda honra e toda glória,
pois todas as coisas só se tornam possível perante
Sua permissão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado forças para vencer todos os obstáculos que a vida me impôs, e por todas as oportunidades me foram dadas para vencer e chegar até aqui.

A minha mãe (Palmira Gomes), que sempre esteve presente em todos os momentos da minha existência, encorajando-me a lutar pelos meus objetivos sempre.

Aos meus filhos (Gleyson e Talyta), pois foi pela existência deles que tive coragem para prosseguir a caminhada da vida, sempre buscando melhorias a cada dia.

Ao meu esposo (Edson Sousa), por saber compreender que é sempre necessário buscar novos horizontes e que a aprendizagem é contínua.

Aos professores, principalmente A Profa. Dra. Denise Domingos da Silva e Prof. Dr. André Antunes Martins, pois souberam compreender a minha timidez e deram-se um voto de confiança sempre elevando a minha auto-estima.

Aos colegas, que compartilharam comigo as experiências vividas em sala de aula e dos quais sentirei saudades.

A Todos vocês... o meu MUITO OBRIGADA!!!

"Para expandir nossos conhecimentos temos de nos aventurar além das fronteiras da realidade [...]. Nós não enfrentamos dragões de sete cabeças, ou feiticeiros malignos, mas batalhamos contra a nossa própria ignorância e limitações; nós não salvamos donzelas aprisionadas em castelos, mas salvamos nossa mente da escravidão causada pela superstição; nós não nos tornamos semideuses em nossa busca, mas nos transformamos através dela, aprendendo a respeitar com profunda humildade a criatividade da Natureza." (Marcelo Gleiser)

RESUMO

A educação inclusiva é atualmente, um dos maiores desafios do sistema educacional. Criados na década de 70, os pressupostos da educação inclusiva fundamentam vários programas e projetos da educação. A inclusão se baseia em princípios, tais como: a aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não de ficar de fora, o igual valor das minorias em comparação a maioria. O presente trabalho tem como objetivo estudar e analisar como a educação inclusiva está sendo desenvolvida na Escola José Cândido Ribeiro do município de Barra de Santa Rosa – PB. A coleta de dados foi realizada através de um questionário com perguntas objetivas nos meses de fevereiro e março de 2011, mediante a autorização da direção executiva da escola e do consentimento dos professores, no total de 05. Quanto à formação dos professores, constatou-se que 100% são pós-graduados, e os mesmos afirmaram que não receberam formação para trabalhar inclusão na rede pública de ensino. Ficou comprovado também que eles possuem conhecimentos sobre o verdadeiro sentido da educação inclusiva, porém afirmaram que falta ainda uma capacitação profissional mais efetiva para que possa haver a quebra de preconceitos para se trabalhar com a minoria. Dessa forma percebe-se que formação de professores é elemento central para elevar a qualidade da educação brasileira, na perspectiva da implementação da política da educação inclusiva. A promoção da formação continuada de professores da educação básica precisa ser mais efetiva, de modo que os entraves possam ser ultrapassados, a fim de que a inclusão se estabeleça nas salas de aulas.

Palavras-chave: Inclusão, escola, educação.



ABSTRACT

Inclusive education is currently one of the biggest challenges of the educational system. Created in the 70's, the underlying assumptions of inclusive education programs and various educational projects. Inclusion is based on principles such as the acceptance of individual differences as an attribute and not as an obstacle, the appreciation of human diversity because of its importance for the enrichment of all people, the right to belong and not be left out the equal value of minorities compared to majority. The present work aims to study and analyze how inclusive education is being developed at the School Jose Candido Ribeiro of the city of Barra de Santa Rosa - PB. Data collection was conducted through a questionnaire with objective questions in the months of February and March of 2011, with the permission of the executive board of the school and the teachers' consent, a total of 05. As for the training of teachers, it was found that 100% are postgraduates, and they said they did not receive training for work included in public school. It was also proven that they have knowledge about the true meaning of inclusive education, but said they still lack a more effective job training so that they have to break prejudices to work with the minority. Thus it is clear that teacher education is central to improving the quality of Brazilian education, in view of the policy of inclusive education. The promotion of continuing education of teachers of basic education needs to be more effective, so that obstacles can be overcome in order to establish that the inclusion in the classroom.

Keywords: Inclusion, school, education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 - Nível de formação dos professores entrevistados.....	23
Tabela 5.2 - Quantitativo de professores que são pós-graduados.....	24
Tabela 5.3 – Percentual de professores que receberam formação para trabalhar inclusão na rede pública	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	13
3.2 MUDAR PARA EDUCAR NA SOCIEDADE INCLUSIVA.....	15
3.3 O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	18
3.4 O APRENDER COM DIFICULDADES.....	19
4 METODOLOGIA.....	20
4.1 LOCAL DA PESQUISA.....	20
4.2 POPULAÇÃO DA AMOSTRA.....	20
4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	20
4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	21
4.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	21
4.6 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	21
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA.....	23
5.2 ANÁLISE QUALITATIVA.....	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
7 REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	34

1 INTRODUÇÃO

A escola é o espaço de todos, onde as mudanças não ocorrem pela adoção de práticas diferentes apenas, mas sim pelas experiências contextualizadas reconhecendo e valorizando os alunos, independente de situação especial ou não, buscando assim a “educação inclusiva”.

A educação inclusiva é atualmente, um dos maiores desafios do sistema educacional. Criados na década de 70, os pressupostos da educação inclusiva fundamentam vários programas e projetos da educação. Os centros de educação especial são normalmente organizados conforme a categoria da deficiência. A educação separada para crianças que apresentam necessidades especiais ocasionou a separação da cultura e identidade de portadores de necessidades especiais e também o isolamento destas pessoas de seus lares e comunidades.

A gestão da educação se mostra consciente com relação ao desafio que os professores enfrentam e que parte significativa dessa categoria se encontra despreparada para desenvolver estratégias de ensino diversificado, tornando-se fundamental reconsiderar a forma como as diferenças são percebidas, pois o modo como consideramos os objetivos da educação básica e secundária necessitam de uma reavaliação, como também o processo que se adota na organização das escolas.

A inclusão se baseia em princípios, tais como: a aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não de ficar de fora, o igual valor das minorias em comparação a maioria.

A construção de uma escola inclusiva veio recolocar na educação geral muitas das responsabilidades que até então se mantinham atribuídas à educação especial. Acreditamos que a escola inclusiva não é uma utopia, mas é necessário que os pais, os profissionais, os governantes e a população em geral acreditem que a escola inclusiva é algo porque vale a pena lutar.

Educar para uma sociedade inclusiva presume compreender toda uma complexa realidade presente nas salas de aula. Realidade na qual os educadores se encontram e sentem-se, muitas vezes, despreparados quando a questão é trabalhar com os alunos que tem algum tipo de deficiência. A dificuldade que sentimos quando nos deparamos com situações desse tipo revela nossa fragilidade diante do convívio com a diferença.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que em torno de 10% da população mundial tem necessidades especiais, de diversas ordens: visuais, auditivas, físicas, distúrbios

de conduta e também super dotação ou altas habilidades. Nesse contexto surgem as chamadas escolas especiais, as quais tinham por objetivo substituir as escolas comuns no atendimento a alunos com deficiências, assumindo o compromisso da escola comum, sem uma definição clara do seu papel, este que nunca ela conseguiu realizar, pois se entendia que era preciso menores números de alunos, professores especializados, currículos e ensinos adaptados, e na verdade essas características foram as responsáveis pelo surgimento de muitas dúvidas sobre o papel da escola especial e até mesmo sobre a sua continuidade, já com o movimento de integração escolar isso não aconteceu de forma tão categórica (BRASIL, 2006).

Embora tenhamos a certeza de que o papel do educador está sendo bem desempenhado, ainda assim identificamos obstáculos que impedem a realização de um trabalho coerente com a prática pedagógica desejada. O medo do diferente e a incerteza quanto ao aprendizado de um aluno com necessidades especiais, impossibilitam o avanço de práticas de aprendizagem relevantes.

O conhecimento que é produzido na escola, sempre é revestido de valores éticos, estéticos e políticos, aos quais os alunos têm de estar identificados e por mais que a escola seja “liberal” e descarte modelos totalizadores e coercitivos de ensino e gestão, sua função social jamais será descartada, uma vez que ela precisa assumir um compromisso com as mudanças sociais, com o aprimoramento das relações entre os concidadãos, com o cuidado e respeito em relação ao mundo físico e aos bens culturais que nos circundam, portanto é de fundamental importância inserir a educação inclusiva na rede pública (BRASIL, 2006).

A inclusão é uma proposta, um ideal e se a nossa sociedade deseja se tornar acessível, e que dela todas as pessoas com deficiência possam participar em igualdade de oportunidade é preciso fazer deste ideal uma realidade a cada dia. Diante do contexto elucidado surgiu, portanto a necessidade de pesquisar e analisar como é que a educação inclusiva está sendo inserida na educação atual, como uma forma de explorar a maneira pela qual ela está sendo praticada e desenvolvida buscando averiguar os meios que dispomos para fazer esse processo acontecer e identificarmos os principais entraves que ele encontra na sua trajetória, mais especificamente na Escola de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro em Barra de Santa Rosa – PB, sendo este o objetivo principal deste estudo.

O trabalho está organizado estruturalmente com sete capítulos, contendo introdução, objetivos, referencial teórico, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e referências; possui também quatorze seções, as quais especificam mais detalhadamente o conteúdo do texto, e se encerra com um anexo, composto pelo instrumento de pesquisa utilizado.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

- Estudar e analisar como a educação inclusiva está sendo desenvolvida na Escola José Cândido Ribeiro do município de Barra de Santa Rosa – PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar os principais entraves que a educação inclusiva enfrenta para se firmar na escola José Cândido Ribeiro;
- Analisar a participação dos professores no processo da educação inclusiva, destacando a percepção dos professores sobre o mesmo;
- Averiguar se as condições humanas e físicas da escola José Cândido Ribeiro atendem às necessidades para implantação da educação inclusiva.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão nos traz um olhar de mudança, para adaptação de velhos hábitos e isso faz com que voltemos esse olhar para nós mesmos e para a escola em que estamos trabalhando. Precisamos transformar a realidade da escola, para que possamos trabalhar com a diferença, com a diversidade, e que isto não seja uma desvantagem, mas um ganho na tentativa de criarmos uma sociedade mais igualitária, solidária e com oportunidades para todos.

Na antiguidade e entre os povos primitivos, o tratamento destinado às pessoas portadoras de deficiências assumiu o papel de extermínio por estes serem considerados grave empecilho à sobrevivência do grupo, já que não podiam cooperar nos afazeres diários. Até o século XV, crianças deformadas eram jogadas nos esgotos da Roma Antiga e na Idade Média, os deficientes encontravam abrigos nas igrejas. Os hebreus viam na deficiência física ou sensorial uma espécie de punição divina, e proibiam qualquer pessoa com deficiência de ter acesso aos serviços religiosos (TESSARO, 2005).

Segundo Soares (2009), a lei das XII Tábuas na Roma Antiga autorizava os patriarcas a matar seus filhos defeituosos. O mesmo ocorria em Esparta onde os recém-nascidos frágeis ou deficientes eram lançados em abismos.

Os hindus, ao contrário dos hebreus sempre consideravam os cegos pessoas de sensibilidade interior mais aguçada, justamente pela falta de visão, e estimulavam o ingresso de pessoas com deficiências visuais nas funções religiosas: os atenienses, por influencia de Aristóteles, protegiam seus doentes e deficientes concedendo-lhes a possibilidade de exercer uma atividade produtiva, quando a sua condição não permitia nenhuma atividade.

Os estudos de Santos (2002) mostram que durante a Idade Média, já sob a influência do cristianismo, os senhores feudais amparavam os deficientes e os doentes em casas de assistência mantidas por eles.

Por volta do século XVI ao XIX, pessoas com deficiências físicas e mentais continuam isoladas do resto da sociedade, mas agora em asilos, conventos e albergues. Surge o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, mas todas as instituições dessa época não passam de prisões, sem tratamento especializado nem programas educacionais.

Na Revolução Francesa até o século XIX, surge a idéia de capitalismo mercantil, e de divisão social do trabalho, vindo à tona o modelo de característica de deficiência como questão médica e educacional, encaminhando o deficiente para viver em conventos ou hospícios, e até ensino especial. Com o Renascimento, a visão assistencialista cedeu lugar, definitivamente a postura profissionalizante e integrativa das pessoas com deficiência (MAZZOTA, 2001).

Na Idade Moderna, a partir de 1789, vários eventos se formaram com o intuito de propiciar meios de trabalho e locomoção para as pessoas com deficiência, como cadeiras de rodas, bengalas, muletas, coletes, próteses, macas, veículos adaptados, camas móveis, etc. Nessa mesma época o código Braille foi criado por Lois Braille e propiciou a perfeita integração dos deficientes visuais ao mundo da linguagem escrita.

Os estudos de Tessaro (2005) apresentam um acentuado despertar de atenção na questão da habilitação e da reabilitação da pessoa com deficiência para o trabalho aguçou-se a partir da Revolução Industrial, quando as guerras, epidemias e anomalias genéticas deixaram de serem as causas únicas das deficiências, e o trabalho em condições precárias, passou a ocasionar os acidentes mutiladores e as doenças profissionais, sendo necessária a própria criação do direito do trabalho e um sistema eficiente de segurança social, com atividades assistenciais, previdenciárias e de atendimento à saúde bem como a reabilitação dos acidentados.

A percepção que se tem da pessoa com deficiência ao longo do século XX, enquadra-os em uma sociedade participativa com direitos e deveres, porém com uma ótica assistencial e qualitativa, somente com o decorrer do tempo é que poderemos sentir as transformações trazidas pela inclusão social.

Também as duas Guerras Mundiais vieram impulsionar o desenvolvimento da reabilitação científica, não só pela carência de mão de obra surgida num período pós guerra, mas também pela necessidade de propiciar uma atividade remunerada e uma vida social digna aos soldados mutilados. A Guerra do Vietnã, em 1960, produziu uma grande quantidade de deficientes físicos não só naquele país, mas também nos Estados Unidos (GLAT, 2004).

Esse quadro provocou a formação de movimentos de defesa dos direitos das minorias e do fortalecimento do conceito de integração a sociedade até então radicalmente excludente no que se referia a participação do mercado de trabalho.

Surgem as primeiras críticas a segregação. Teóricos defendem a normalização, ou seja, a adequação do deficiente à sociedade para permitir sua integração. A educação especial no Brasil aparece pela primeira vez na Lei Diretrizes e Bases (LDB nº 4.024 de 1961). Esta lei

aponta que a educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação.

“A educação inclusiva é um marco na história da educação especial, embora ao longo de todo o seu processo histórico- conceitual, verifica-se a idéia de uma educação escolar integrada aos sistemas regulares de ensino” (MACHADO, 2006).

O reconhecimento dessa necessidade oficializou-se com a LDB nº4.024/61 através do artigo 88 onde se diz que “a educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade”. Porém em seu artigo subsequente, a escola pública é poupada de suas obrigações em virtude da “eficiência da iniciativa privada”, onde os poderes públicos poderão ofertar tratamento especial às instituições com subsídios financeiros e, automaticamente, propiciando a segregação dos mesmos.

“O desenvolvimento de escolas inclusivas – escolas capazes de educar todas as crianças – não é, portanto unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiência de forma que tenham acesso a outro tipo de escola, senão que constitui uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade”. (DYSON, 2001. p. 150).

3.2 MUDAR PARA EDUCAR NA SOCIEDADE INCLUSIVA

Educar para uma sociedade inclusiva presume compreender toda uma complexa realidade presentes nas salas de aula. Realidade na qual os educadores se encontram e sentem-se, muitas vezes, despreparados quando a questão é trabalhar com alunos que tem algum tipo de deficiência. A dificuldade que sentimos quando nos deparamos com situações desse tipo revela nossa fragilidade diante do convívio com a “diferença”. Embora tenhamos a certeza de que nosso papel enquanto educadores está sendo bem desempenhado e de que todo cidadão tem o direito de ter o acesso à informação e ao conhecimento, ainda assim encontramos obstáculos que impedem de realizarmos um trabalho coerente com a nossa prática pedagógica. O medo do diferente e a incerteza quanto ao aprendizado de um aluno com necessidades especiais, impossibilitam o avanço de práticas de aprendizagem relevantes.

Uma sociedade que pretende assumir-se como inclusiva necessita, fundamentalmente, conscientizar-se de que todos os alunos, independentemente de suas peculiaridades, quando

convivem e partilham dos mesmos espaços e atividades conseguem compreender e aceitar os outros, reconhecem as competências dos colegas e suas necessidades, respeitam todas as pessoas, lutam para a construção de uma sociedade justa e solidária, desenvolvem e criam laços de amizade, diminuem a ansiedade, o medo e a insegurança diante das dificuldades. Educar para uma sociedade inclusiva é comprometer-se com a disseminação de novos paradigmas em relação a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e de todo e qualquer cidadão no ensino regular, gratuito e de qualidade.

A educação concebida simplesmente como transmissão de conhecimento para o aluno ou o cidadão, não respeitando a autonomia desses sujeitos não mais se sustenta. Já preconizava a respeito da educação bancária o grande educador Paulo Freire, quando afirmava ser necessário a escola ensinar a leitura de mundo. “A leitura do mundo precede a leitura palavra” (FREIRE, 1978). Antes do processo de escolarização e domínio dos processos de alfabetização, os educadores trazem e refletem na sala de aula o mundo vivido por eles, sua cultura, valores e saberes.

O que caracteriza a educação inclusiva é o fato de que é preciso que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, permanência e aproveitamento na escola, isto depende de qualquer característica específica que o educando possua sendo detectadas as deficiências, os educandos necessitam de apoio técnico, acessibilidade e contato com recursos pedagógicos que auxiliem no desenvolvimento das atividades de forma que aprendam cada um a seu tempo, as tarefas que são comuns aos alunos de classe. O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas funcionam. Os valores, as crenças e as prioridades da sociedade permearão a vida e o trabalho nas escolas e não pararão nos seus portões. O objetivo da inclusão segundo Mittler (2003) está atualmente no coração da política educacional e da política social. Embora seja difícil encontrar as definições oficiais, existem alguns pontos de partida úteis.

Segundo Mantoan (2003), no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

“Esse conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento” (SASSAKI, 1991).

A escola das diferenças aproxima a escola comum da educação especial, porque na concepção inclusiva os alunos estão juntos, numa mesma sala de aula. A articulação entre a

educação especial e escola comum na perspectiva da inclusão, ocorre em todos os níveis e etapas do ensino básico e do superior, sem substituir nenhum desses níveis, a integração entre ambas não deveria descaracterizar o que é próprio de cada um delas, estabelecendo um espaço de interseção de competências resguardado pelos limites de atuação que especifica (SILVA, 2000).

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas idéias livremente participando ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças, onde a inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão limitados sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitadas em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas.

Quando entendemos esses processos de diferenciação pela deficiência ou por outras características que elegemos para excluir, percebemos as discrepâncias que nos faziam defender as escolas dos diferentes como solução privilegiada para atender às necessidades dos alunos.

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. Um ensino para todos os alunos há que se distinguir pela sua qualidade. O desafio de fazê-lo acontecer na sala de aula é uma tarefa a ser assumida por todos os que compõem um sistema educacional, pois um ensino de qualidade provém de iniciativas que envolvem professores, gestores especialistas, pais e alunos e outros profissionais que compõem uma rede educacional em torno de uma proposta que é comum a todas as escolas e que, ao mesmo tempo, é construída por cada uma delas, seguindo as suas peculiaridades.

Para Silva (2000), a escola das diferenças é a escola na perspectiva inclusiva e sua pedagogia tem como norte questionar, colocar em dúvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então, tem mantido a exclusão por instituírem a organização dos processos de ensino e de aprendizagem incontestáveis, imposto e firmado sobre a possibilidade de exclusão dos diferentes, à medida que estes são direcionados para ambientes educacionais à parte.

3.3 O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Atualmente, a política educacional que se refere, principalmente, à inclusão tem como matriz a Declaração Mundial de Educação para Todos, resultado da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990, e o Plano decenal de educação para todos (BRASIL, 1993). Assim a Declaração Mundial de Educação para Todos propõe uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Vale salientar que esses conceitos sobre a educação para todos foram aprofundados e divulgados com a Declaração de Salamanca, e apresentam objetivos e formas de atendimento na educação especial e as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica determinam que os sistemas escolares devam se organizar de maneira a possibilitar não somente o atendimento de crianças para classes do ensino regular, mas que privilegie a elaboração de projetos pedagógicos voltados para a inclusão (BRASIL, 1994).

Por outro lado, pode-se dizer que apresentam três dimensões abrangentes e fundamentais para o desenvolvimento da educação como um todo envolvendo os aspectos físicos, funcional e social. Como já foi mencionado, o movimento de inclusão chegou ao Brasil através da Declaração de Salamanca, sob o patrocínio da UNESCO e diz:

“O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves” (BRASIL, 1994, p.17).

Percebe-se que tal conceito se preocupa não com a deficiência, mas, sobretudo com o aluno e o êxito do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a discussão pedagógica acerca da inclusão situa o currículo como tendo importância fundamental, haja vista que a construção de um currículo não deve estar voltada apenas para a diversidade, mas principalmente para as diferenças.

3.4 O APRENDER COM DIFICULDADES

As dificuldades de aprendizagem, como elemento que dificulta o desenvolvimento da aprendizagem, constituem-se, segundo Carvalho (2004), em uma situação complexa, que envolve diversas dimensões, como elementos que expressão o nível de aquisições até o momento atual, funcionando como uma das possibilidades futuras. Assim, a capacidade de aprender na escola expressa mais que uma adequação a essa situação específica, fornecendo indicadores dos recursos e limites do aluno para lidar com as situações da vida.

Nesse sentido, considera-se que as múltiplas dimensões que envolvem o ensino-aprendizagem têm implicações diversas que compreendem o seguinte: as condições de contexto favorecendo o aprender ou perpetuando a dificuldade; as condições pessoais de interação com o meio, compreendendo a manutenção e transformação da própria identidade e as diferenças culturais, que influenciam e dão significado ao saber. Os problemas de aprendizagem tanto em leitura como na escrita e tem se constituído realmente no grande desafio das escolas atuais. Embora existam outros aspectos que devem ser levados em consideração, por exemplo, a avaliação, que precisa ser revista de forma urgente.

“Decerto que a qualidade do ensino não se avalia da mesma maneira que o fazemos quando testamos um tecido, um pneu, um refrigerador... A natureza e os fins da educação são outros e não podemos analisar o processo e os fins educacionais em si mesmos, mas pelo que o educador é capaz de criar, de resolver, de descobrir, de decidir diante de diferentes situações de vida escolar e extra-escolar. Em uma palavra, a avaliação educacional não pode ser reduzido a números ou conceitos ou a desempenho frente a tarefas precisas, como não desbotar ou encolher, lavar a roupa com capricho, não derrapar” (MANTOAN, 2004, p.86).

4 METODOLOGIA

4.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Barra de Santa Rosa, cidade da região do Agreste Paraibano, microrregião do Curimataú Ocidental. Tem autonomia política desde 1959, está a 457 m de altitude, 139 km distante de João Pessoa e possui área territorial de 825 km². Estimativa da população em 2009 para o município foi de 13.273 habitantes (IBGE, 2010).

O locus da pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro, com os professores da mesma, para estudo e análise de como a educação especial inclusiva está sendo desenvolvida no município referido, e vale salientar que esta escola possui plano político pedagógico que prioriza os enfoques sobre Educação Inclusiva. A escolha dessa escola se deu pelo fato da pesquisadora lecionar aulas na mesma.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Segundo Gil (2002) universo ou população de uma pesquisa é um conjunto de elementos sobre o qual queremos obter alguma informação, e a amostra é o subconjunto de elementos retirados da população.

A população escolhida para o presente estudo resultou num total de cinco professores que trabalham no turno da tarde na escola referida, ressaltando-se que a amostra foi composta por aqueles que aceitaram participar da pesquisa voluntariamente, e que atenderem aos critérios de inclusão, totalizando em toda a população.

4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para a seleção da amostra foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- 1- Ser professor da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro;
- 2- Lecionar aulas na mesma, no turno da tarde;
- 3- Aceitar voluntariamente fazer parte da pesquisa;
- 4- Ser maior de dezoito (18) anos;

As pessoas que não atenderam aos critérios, acima descritos, foram automaticamente excluídas da pesquisa.

4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Foi utilizado um questionário estruturado (Apêndice A), com perguntas objetivas, dividido em duas partes, a primeira destinada à apresentação da formação dos professores entrevistados, e a segunda, para estudar e analisar como a educação inclusiva está sendo desenvolvida na Escola José Cândido Ribeiro do município de Barra de Santa Rosa – PB.

4.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados em dias agendados nos meses de fevereiro, março e abril de 2011.

O pesquisador apresentou a pesquisa para o participante. Este poderia concordar com os termos da pesquisa ou não, estando sob seus direitos desistir de contribuir com a pesquisa em qualquer momento da mesma. As perguntas tiveram uma linguagem clara e acessível para a população escolhida e foram oferecidas instruções claras para o preenchimento das mesmas.

4.6 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Coletados os dados, a apuração quantitativa se deu através da soma, processamento dos dados obtidos e disposição destes conforme critérios de classificação. Sendo assim, os

dados estatísticos coletados foram tabulados e analisados, descrevendo-se desta forma os resultados quantitativos do estudo.

Para a análise de conteúdo subjetivo, na forma de respostas transcritas, foram utilizados os postulados de Bardin (1997), através da adoção do nome “Professor” para fazer referência aos depoimentos dos professores, os quais receberam numerações como forma de preservar a individualidade dos participantes.

Na análise de conteúdo, o texto se tornou um meio de expressão do sujeito, onde o analista procurou categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetiram, inferindo uma expressão que as representassem (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

A análise de conteúdo foi composta por etapas.

Na primeira etapa foi feita a organização de dados em que se utilizaram vários procedimentos, como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação.

Com relação à inferência do significado de palavras ou expressões, Bardin (1977) comenta que a leitura realizada na aplicação da Análise de Conteúdo se propõe a realçar o que se encontra em segundo plano, e não apenas o superficial, o aparente, uma leitura “a letra”.

Na segunda etapa os dados foram codificados a partir das unidades de registro.

Na terceira etapa foi feita a categorização, que consiste na classificação dos elementos de acordo com suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo enfoca os resultados da pesquisa realizada com os professores para estudar e analisar como a educação inclusiva está sendo desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro do município de Barra de Santa Rosa – PB.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

TABELA 5.1: Nível de formação dos professores entrevistados

VARIÁVEIS	N	%
Magistério	00	00
Superior incompleto	00	00
Superior completo	05	100
TOTAL	05	100

FONTE: Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro (Pesquisa de Campo).

A tabela acima mostra que todos os professores que participaram da pesquisa, possuem nível superior de formação profissional. Este dado possui grande relevância, uma vez que, comprova que os mesmos foram instruídos por uma instituição de ensino superior para desenvolver habilidades de ensino, as quais devem atender às necessidades do público que lhes for atribuído.

De acordo com Maciel (2000), ao entrarem para a escola, as crianças que possuem alguma necessidade educativa terão que se integrar e participar obrigatoriamente de três estruturas distintas da dinâmica escolar: o ambiente de aprendizagem; a integração professor-aluno; e a interação aluno-aluno, e partindo da análise e adequação dessas estruturas e do levantamento de alternativas que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, é que a inclusão escolar deve ter início.

TABELA 5.2: Quantitativo de professores que são pós-graduados

VARIÁVEIS	N	%
Sim	05	100
Não	00	00
TOTAL	05	100

FONTE: Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro (Pesquisa de Campo).

De acordo com o que demonstra os dados acima, todos os professores que participaram da pesquisa, possuem pós-graduações em educação. Este dado se torna muito relevante, uma vez que, a necessidade de buscar novos conhecimentos constitui a base para o desenvolvimento de um trabalho qualificado e especializado, o qual pode ser diferenciado dos demais. Segundo Brasil (2006), o atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da educação especial, sustentada legalmente sendo uma das condições para o sucesso da inclusão escolar, uma vez que esses alunos devem aprender a ultrapassar as barreiras referentes à maneira de lidar com o saber em geral, o que reflete preponderadamente na construção do conhecimento escolar. Portanto, o atendimento especializado para tais alunos deve privilegiar o desenvolvimento e a superação daquilo que lhe é limitado.

Segundo Mittler (2003), é preciso assegurar que os professores recentemente qualificados tenham uma compreensão básica do ensino inclusivo e de escolas inclusivas, pois este é o melhor investimento que pode ser feito a longo prazo, de forma que isto assenta os alicerces para uma “boa prática” sobre as quais as gerações mais jovens poderão basear-se e oferecer condições para o surgimento de uma “massa crítica” de professores jovens que tiveram um pouco de compreensão e experiência da prática inclusiva.

TABELA 5.3: Professores que receberam formação para trabalhar inclusão na rede pública

VARIÁVEIS	N	%
Sim	00	00
Não	05	100
TOTAL	05	100

FONTE: Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro (Pesquisa de Campo).

Os dados acima descritos revelam que os professores não receberam formação complementar para desenvolver uma educação mais inclusiva nas instituições de ensino da rede pública. Partindo deste ponto, surgem então contradições dentro do próprio sistema de educação, pois as discussões sobre inclusão, educar melhor, atender necessidades distintas,

entre outras, vem crescendo cada dia mais, mesmo que os recursos humanos ainda não estejam devidamente habilitados para tal feito.

Há uma grande necessidade de políticas públicas que auxiliem melhor os professores. Faltam medidas que acompanhem o dinamismo que a comunidade escolar e o mercado de trabalho impõem” (MARILZA REGATTIERI apud BRASIL, 2011).

Para Mittler (2003) não é apenas uma questão de capacitação em um sentido convencional, mas de professores que têm oportunidades para exaltar a sua autoconsciência e pensar nas suas atitudes com relação aos seus alunos, buscando formas alternativas para atender às necessidades de cada um.

5.2 ANÁLISE QUALITATIVA

Os dados obtidos foram produzidos e extraídos dos relatos obtidos por meio das entrevistas subjetivas. Inicialmente os professores foram indagados sobre: **“O que você entende por educação inclusiva?”**

“É educação para todos, onde a principal meta é satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos, estabelecendo a igualdade dos direitos e deveres, além da oportunidade de exercê-los.” (Professor 01)

“Educação inclusiva é um processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem que não são inseridos na rede comum de ensino.” (Professor 02)

“Educação inclusiva é aquela que deve inserir aqueles alunos que estão à margem do processo de ensino e aprendizagem.” (Professor 03)

“É a educação que envolve a todos sem exceção.” (Professor 04)

“Educação onde não faz distinção entre a clientela normal e a clientela especial, havendo uma junção entre todos, só que fica muito difícil para o professor.” (Professor 05)

Nota-se com estas respostas, que eles possuem conhecimento sobre o verdadeiro significado da educação inclusiva, pois para que o processo de inclusão seja estabelecido, é preciso que a igualdade seja exercitada, surgindo assim, novas oportunidades. Para o participante de número 02 (dois), a inclusão de que tanto se fala está relacionada aos portadores de necessidades especiais, porém a inclusão escolar possui um sentido bem mais amplo, uma vez que está se referindo à inserção de todos os alunos nas salas de aula, de modo que todos possam usufruir positivamente e construtivamente do espaço da escola.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Em seguida, os professores responderam sobre: **“Como você percebe o projeto de inclusão social nas escolas públicas?”**

“Infelizmente é um processo lento, cheio de desafios. Mas que para adaptar as dependências da escola é necessário romper com as barreiras do preconceito entre a comunidade escolar.” (Professor 01)

“Para atender os alunos com necessidades é preciso capacitar o professor e valorizar a diversidade em sala de aula, e desenvolver ações que proporcione condições, desenvolvimento social e cultural do cidadão.” (Professor 02)

“Percebo como um avanço, no entanto há muito que se fazer para que a inclusão ocorra verdadeiramente.” (Professor 03)

“Ainda há muito a se fazer, mas acredito que muita coisa já melhorou.” (Professor 04)

“É um projeto que visa a não discriminação, só que quem elaborou o projeto não visou a qualidade de educação, e sim a quantidade de aluno.” (Professor 05)

Com estes relatos fica bem claro que a percepção dos entrevistados sobre o projeto de inclusão social nas escolas públicas se baseia primordialmente na capacitação do profissional educador. Pode-se observar que os participantes da pesquisa acreditam que a diversidade humana precisa ser mais valorizada nesse processo de inclusão, pois para os mesmos, é preciso que se estabeleçam condições para que o desenvolvimento social e cultural possa acontecer. Nota-se neste último depoimento que o participante se mostrou confuso com relação ao sentido da inclusão escolar, pois este é um processo que não visa apenas quantidade, é exatamente o oposto, pois quando se fala em inclusão escolar estamos falando em qualidade de ensino para todos os alunos.

Desde outubro de 2005 que a Secretaria de Educação Especial tem afirmado a concepção de educação inclusiva, fundamentada no princípio da atenção à diversidade e educação de qualidade para todos. Considerando o paradigma da inclusão, a perspectiva é a garantia do acesso à educação, a melhoria das condições de aprendizagem e a participação de todos os alunos (BRASIL, 2005).

Segundo Mittler (2003), criar oportunidades para capacitação não significa, necessariamente, influenciar o modo como os professores sentem-se em relação à inclusão, pois tais sentimentos devem ser levados em consideração, e os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que modificam seus valores e suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana.

O questionário segue com a seguinte pergunta: **“Quais os desafios que a escola está enfrentando para trabalhar a educação inclusiva?”**

“Em particular, a superação do preconceito em relação às minorias. Por conseguinte, a formação específica dos professores e preparo para adaptar-se às novas situações que surgem nas salas de aula.” (Professor 01)

“Os professores da nossa escola não estão preparados para receber esses alunos.” (Professor 02)

“Os principais desafios são: oferecer uma metodologia diferenciada, ter uma formação adequada, etc.” (Professor 03)

“A aceitação da família, professores e funcionários e a formação dos professores.”

(Professor 04)

“Os desafios maiores são: lidar com os dois tipos de clientela e alcançar os objetivos propostos.” (Professor 05)

Os participantes afirmam que o principal obstáculo que a escola em que trabalha enfrenta para trabalhar a educação inclusiva é justamente o preconceito relacionado às minorias, uma vez que esta minoria representa os mais necessitados de apoio no processo do desenvolvimento do conhecimento. Eles também enfocam que os professores, de forma geral, não estão aptos para atender as necessidades dos que precisam ser incluídos no aprendizado.

A fala do participante 04 (quatro) mostra que esse professor acredita que realmente existe um preconceito por parte dos parentes e professores que trabalham com alunos que precisam ser inseridos na rede de ensino público com mais ênfase por apresentarem maiores dificuldades de aprendizagem, ao mesmo tempo em que coloca que falta ainda uma capacitação mais específica a fim de tornar os profissionais mais seguros nesse processo de inclusão.

Porém, Mittler (2003) afirma que esta tarefa não é tão difícil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já têm muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva, mas o que lhes falta é confiança em sua própria competência.

A formação de professores é elemento central para elevar a qualidade da educação brasileira, na perspectiva da implementação da política da educação inclusiva. A promoção da formação continuada de professores da educação básica se efetiva por meio do apoio do MEC/SEESP aos cursos específicos da área de educação especial, na ótica da educação inclusiva, dando ênfase ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos nos sistemas educacionais (BRASIL, 2007).

Ao longo da história, o Brasil vem se movimentando na busca de se tornar uma sociedade que reconhece e respeita a diversidade que a constitui, de modo que a educação inclusiva pressupõe a formação docente e a organização das escolas para garantia do direito de todos à educação (BRASIL, 2005).

Os participantes da pesquisa também foram indagados sobre: **“Que metodologia você utiliza para que crianças com necessidades especiais possam se sentir inseridas na sua turma?”**

“Atualmente em minha sala de aula não há crianças portadoras de necessidades especiais, mas se isso acontecer buscarei, ou melhor, usarei estratégias bem participativas, tentarei transformar a sala de aula bem prazerosa (espaço) para que as crianças se sintam bem à vontade.” (Professor 01)

“Não tenho alunos com necessidades especiais.” (Professor 02)

“Tento desenvolver uma metodologia diferenciada, oferecendo atividades diversificadas de acordo com as capacidades de cada um.” (Professor 03)

“Trabalhar com a visão de igualdade, porém dar um apoio maior aos que necessitam.” (Professor 04)

“Na minha turma não existem crianças com necessidades especiais.” (Professor 05)

Para a melhoria da qualidade da educação infantil e avanço do processo de inclusão educacional, o MEC/SEESP tem encaminhado aos sistemas educacionais orientações e materiais de formação docente com estratégias inclusivas voltadas para a atenção às especificidades das crianças. A orientação da educação inclusiva na educação infantil está expressa nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica CNE/2001, definindo que “o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais terá início na educação infantil, nas creches e nas pré-escolas, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2001).

Torna-se impossível falar de inclusão, sem falar em direitos iguais. O mundo vive numa busca constante por igualdade, seja ela de que origem for, porém trabalhar com este conceito de igualdade em sala de aula está se tornando cada vez mais difícil para os professores.

E por fim, os entrevistados responderam quanto à: **“No seu ponto de vista, o que falta na escola que você trabalha para melhor atender os alunos com necessidades especiais?”**

“Adaptação do espaço físico para atender aos portadores de necessidades especiais. Formação continuada de forma mais específica aos profissionais da educação. Ofertas de

serviços de educação especial para atender as necessidades educativas especiais no ensino regular.” (Professor 01)

“Enfoques metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento, material.” (Professor 02)

“Formação adequada, apoio de outros profissionais necessários e recursos.” (Professor 03)

“Formação específica, atendimento especializado com psicólogos, fonoaudiólogos, apoio às famílias.” (Professor 04)

“Falta tudo!” (Professor 05)

Para estes participantes da pesquisa, a inclusão social escolar só será concretizada quando houver uma formação especial continuada para os professores. Adequação do espaço escolar que possibilite a acessibilidade para todos, e o apoio de outros profissionais, como também da família. Percebemos que tivemos uma evolução progressiva no processo de construção de uma sociedade mais inclusiva.

Segundo Mittler (2003), muitos escritores tentaram destilar a essência da prática inclusiva. Alguns descreveram uma visão de inclusão, mas, hoje em dia, a maioria considera que a inclusão seja uma jornada sem fim. Algumas escolas são bem equipadas para a jornada; outras considerarão que a bagagem que elas levam é inadequada e pode precisar ser adaptada ou mesmo descartada. Cada escola encontrará obstáculos diferentes no caminho, porém todas elas acharão que as barreiras mais difíceis emergem de dúvidas bastante arraigadas, mas não necessariamente expressas sobre se essa jornada de fato é válida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa foi enfatizado o desenvolvimento da educação inclusiva na Escola José Cândido Ribeiro do município de Barra de Santa Rosa – PB, onde foram especificados e identificados os principais entraves que a educação inclusiva enfrenta para se firmar nesta escola pública, analisando a participação dos professores e pais dos alunos no processo da educação inclusiva, destacando a percepção dos professores sobre o mesmo e averiguando se as condições humanas e físicas da escola atendem às necessidades para implantação da educação inclusiva.

Foi constatado através da análise quantitativa que todos os professores que participaram da pesquisa possuem nível superior de formação profissional; possuem pós-graduações em educação; e todos responderam não ter recebido formação complementar para desenvolver uma educação mais inclusiva nas instituições de ensino da rede pública. Na análise quantitativa observou-se que os professores possuem conhecimento sobre o verdadeiro significado da educação inclusiva, e para eles é preciso que aconteça primordialmente mais capacitação do profissional com este enfoque, pois o preconceito ainda se faz muito presente entre os educadores, pois não estão aptos para atender as necessidades dos que precisam ser incluídos no aprendizado, e para alguns a inclusão social escolar ainda está bem longe de ser concretizada nos nossos dias, pois a exclusão social de modo geral, está implantada nas raízes da sociedade em que vivemos, porém nenhum ideal é impossível quando existe determinação e persistência.

Espera-se com a realização deste trabalho, que os professores que trabalham na escola que constituiu o campo de pesquisa, se tornem mais abertos à prática da educação inclusiva, de modo que realmente coloquem em prática todos os conceitos que foram abordados no decorrer do estudo.

7 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Revista Nova Escola. **Inclusão**. Brasília, 2001. 48 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Revista Inclusão**. Brasília: MEC/SEESP, 2005. 55p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2 Ed. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2006. 68 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CARVALHO, M. F. **Conhecimento e vida na escola: convivendo com as diferenças**. Campinas: Autores Associados, 2006.

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil**. 17ª Edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GLAT, R. **Um enfoque educacional para a educação especial**. Fórum Educacional, 9.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em 08 de agosto de 2010.

MACHADO, R. **Educação Especial na Escola Inclusiva /** políticas, paradigmas e práticas. São Paulo. Cortez, 2009.

MACIEL, M. R. C. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social.** *São Paulo Perspec.* [online]. 2000, vol.14, n.2, pp. 51-56. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000200008>.

MANTOAN, M. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** In: Revista de Estudos Jurídicos. Brasília- DF, nº26. 2004.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil /** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais;** trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SILVA, S. Educação especial – entre a técnica pedagógica e a política educacional. Em S. Silva & M. Vizim (Orgs), **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados** (pp. 179-171). Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB. 2001.

SANTOS, J. B. **A dialética da exclusão/ inclusão na história da educação de alunos com deficiência.** Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, nº 17: Universidade do Estado da Bahia, jan/fev 2002.

SOARES, M. **Linguagem e Escola.** 3º ed. São Paulo, Ática, 2009.

TESSARO, N. S. **Inclusão Escolar /** concepção de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: casa do psicólogo, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.

ANEXOS

Questionário aplicado em professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Cândido Ribeiro como instrumento de pesquisa.

1) Qual a sua formação?

magistério

superior incompleto, qual?

superior completo, qual?

2) É pós graduado? Sim ou Não. Em qual?

3) Qual a universidade que concluiu o curso?

4) Há quanto tempo trabalha no ensino fundamental?

5) Cite a série que leciona no momento.

6) O que você entende por educação inclusiva?

7) Como você percebe o projeto de inclusão social nas escolas públicas?

8) Quais os desafios que a escola está enfrentando para trabalhar a educação inclusiva?

9) Ao seu ver a formação do professor engloba elementos para se trabalhar inclusão nas escolas públicas? Sim ou Não. Por quê?

10) Que metodologia você utiliza para que crianças com necessidades especiais possam se sentir inseridas na sua turma?

11) No seu ponto de vista, o que falta na escola que você trabalha para melhor atender os alunos com necessidades especiais?